





Humor, política e ditadura militar: a Arena paraibana no traço das charges (1974-1978)

Dmitri da Silva Bichara Sobreira

Doutor em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), mestre e graduado em História pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). É professor substituto na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e pesquisador na Fundação Casa de José Américo (FCJA).

 <https://orcid.org/0000-0002-9080-607X>

 <http://dx.doi.org/10.28998/rchv15n29.2024.0006>

Recebido em: 15/03/2024

Aprovado em: 30/04/2024



Humor, política e ditadura militar: a Arena paraibana no traço das charges (1974-1978)

RESUMO

O presente artigo, fruto de pesquisa desenvolvida sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), tem como objetivo analisar a política partidária paraibana durante a ditadura militar através das charges publicadas por dois jornais locais, Correio da Paraíba e O Norte, entre os anos de 1974 e 1978. O material destacado, marcado pela sua linguagem simples e debochada, aborda questões fundamentais para a compreensão da relação entre a política local e a cúpula nacional do regime autoritário. Entre os principais pontos abordados pelos chargistas estão o processo de escolha para os governadores estaduais, feitos de maneira indireta; as disputas internas à Arena paraibana; a relação entre a Arena e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas disputas eleitorais estaduais; e como os chargistas viam a relação entre o partido situacionista e o eleitorado local.

Palavras-chave: ditadura militar; Arena; eleições indiretas; charges; imprensa.

Humor, politics, and military dictatorship: the paraiban Arena in the stroke of cartoons (1974-1978)

ABSTRACT

This article, the result of research carried out on the National Renewal Alliance (Arena), aims to analyze Paraíba partisan politics during the military dictatorship through political cartoons published by two local newspapers, Correio da Paraíba and O Norte, between the years of 1974 and 1978. The highlighted material, marked by its simple and mocking language, addresses fundamental issues for understanding the relationship between local politics and the national leadership of the authoritarian regime. Among the main points addressed by the cartoonists are the process of selection for state governors, conducted in an indirect manner; the internal disputes within the Paraíba Arena; the relationship between the Arena and the Brazilian Democratic Movement (MDB) in state electoral disputes; and how cartoonists viewed the relationship between the ruling party and the local electorate.

Keywords: military dictatorship; Arena; political cartoons.

O presente artigo é fruto de pesquisa desenvolvida sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido político criado pela ditadura militar brasileira para dar apoio e sustentação política ao regime. A Arena constituiu o sistema bipartidário, do qual também fazia parte o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), legenda que desempenhou a função de oposição consentida pela ditadura. A pesquisa teve como principal objetivo compreender a relação entre o regime autoritário e a política local e, para isso, foi estabelecido como recorte espacial a Paraíba, estado da região Nordeste, que nos representou uma amostragem da relação entre as escalas de análise.

Nesta pesquisa, dispomos de um amplo leque de fontes documentais, como discursos parlamentares, documentos relativos à organização interna, relatos de memória e a imprensa. E foi na análise dos jornais que circulavam na Paraíba que as charges apareceram como uma fonte para interpretação de nosso objeto de estudo. A partir de 1974, dois dos principais jornais paraibanos, o *Correio da Paraíba* e *O Norte*,¹ passam a publicar charges sobre temas quentes no debate político da época. Imagens essas que não eram publicadas pelos periódicos até então ou pelo menos desde o golpe de 1964. As charges geralmente vinham abaixo da coluna editorial, quase sempre ilustrando aquilo que era discutido pelo editor ou abordando outros temas, mas sempre relacionadas com os assuntos da política local e nacional.

O interesse em incorporar essas imagens ao conjunto de fontes de nossa pesquisa se deu pelo fato de as charges, diferente dos textos editoriais ou artigos de opinião publicados pelos jornais, serem fontes com potencial de diálogo muito maior com o grande público, por abordar assuntos complexos com uma linguagem simples e debochada. Além de que, o humor reproduzido em seu traço tem sido historicamente utilizado como uma arma para criticar poderosos, expondo-os ao ridículo frente ao público. Nesse sentido, a charge foi uma forma de resistência muito popular durante a ditadura brasileira, publicada em jornais da imprensa alternativa ou em periódicos tradicionais. É necessário, portanto, entender que tipo de mensagem essa linguagem buscava transmitir ao seu público.

Durante a ditadura militar, o principal alvo dos chargista foram os militares, maiores representantes do regime. Direcionavam-se a eles uma zombaria crítica ao autoritarismo e suas consequências, como a violência, a censura, e a crise econômica e política. Porém, outros setores sociais que apoiaram a ditadura, como a classe política,

¹ Os jornais estão disponíveis de forma física em diversos acervos na cidade de João Pessoa, como arquivo do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano (IHGP), Arquivo Público do Estado da Paraíba e na Fundação Casa de José Américo, onde foi feita esta pesquisa.

também foram objeto de crítica dos chargistas. Na Paraíba, os políticos *arenistas* foram os principais alvos das charges, pois esses eram os principais representantes do regime autoritário no estado, sendo a eles destinado os ataques e críticas contra a ditadura. Mas, ressalve-se que a crítica dos chargistas atingira ainda o partido de oposição, parte importante do sistema político montado pelo regime.

Sobre as charges como fonte para nossa pesquisa, dois pontos são importantes de serem apontados: é preciso descrever o contexto em que elas passaram a ser publicadas, bem como aquilo que era abordado naquelas representações. A partir de 1974, a ditadura entra em seu processo de redemocratização, ou “distensão”, no qual os militares iniciam a devolução do poder aos civis num processo conhecido como abertura “lenta, gradual e segura”². Não se trata de um movimento espontâneo, ou voluntário dos militares, mas uma resposta a uma conjuntura na qual eles não gozavam do mesmo prestígio e apoio da população.

Parte daquela sociedade que outrora apoiara o golpe e a ditadura, agora passava a criticar o regime, em virtude da crise econômica que o país vivia, das constantes denúncias de violência contra opositores e de uma ambição do povo em recuperar suas liberdades democráticas. Essas críticas vinham de setores da sociedade civil organizada, como estudantes e trabalhadores sindicalizados, de membros da alta cúpula da Igreja Católica, da comunidade internacional, bem como da imprensa. Jornais como o *Correio da Paraíba*³ e *O Norte*⁴, que à época do golpe de 1964 foram apoiadores de primeira hora da deposição de João Goulart, passaram em 1974 a publicar textos críticos aos militares e à classe política da Arena, principais representantes do regime na Paraíba.

Nas charges publicadas nos jornais locais, criticavam-se as formas como a classe política, sobretudo os filiados da Arena, relacionavam-se com os militares, com os próprios correligionários, com o MDB e o povo. Apontavam para os aspectos de intervenção dos militares na política local, para as disputas internas entre os *arenistas*,

² Para Maria Helena Moreira Alves (2005, p. 224-225), a ideia de distensão proposta no governo Geisel tinha como objetivo concluir a institucionalização do Estado de Segurança Nacional e promover uma representação política que baixasse as tensões sobre o regime.

³ Fundado pelo deputado federal da Arena, Teotônio Neto, que anteriormente integrava os quadros do Partido Social Democrático (PSD). Assim como seu fundador, o jornal representou uma voz crítica ao governo João Goulart e aos movimentos sociais de esquerda no contexto de 1964. Apesar de Teotônio Neto ainda ter fortes vínculos com o autoritarismo militar ao final da década 1970, como quando apoiou a candidatura do general Sylvio Frota, seu jornal gozava de certa independência para promover um discurso crítico ao regime.

⁴ *O Norte* pertencia ao grupo de comunicação *Diários Associados*, fundado por Assis Chateaubriand. O jornal se alinhava a um ideário liberal, exercendo críticas nesse teor na ocasião do golpe de 1964. A partir de 1974, promoveu uma crítica à ditadura por meio desse mesmo ideário.

bem como a forma como as disputas eleitorais com a oposição e as práticas de controle dos governistas em relação aos seus eleitores, temas comumente abordados de maneira crítica e jocosa, característico desse tipo de linguagem política.

A forma como essas charges abordavam a Arena contribuiu para a construção de uma memória social sobre o partido, como é apontado por Lúcia Grinberg (2009). A autora relata que essa memória social classificava os políticos *arenistas* como “adesistas e totalmente subservientes ao regime” (Grinberg, 2009, p. 25). Essa memória sobre a Arena não dá conta da real dimensão que o partido teve em sua história.

Pesquisas como as de Grinberg e a que resultaram neste artigo têm buscado compreender o partido em sua dimensão histórica, sua relação com a ditadura e com a sociedade durante o período autoritário. Ao mesmo tempo, é preciso compreender essa memória social construída sobre a Arena para fomentar uma análise mais complexa sobre a legenda, marcada por visões simplistas e debochadas. Em tempo, não se trata de negar ou ignorar o perfil adesista à ditadura militar ou mesmo os problemas de disputas internas com os quais a Arena conviveu, mas ir além dessas representações, compreendendo o partido dentro de seu processo histórico.

As charges aqui analisadas têm como autores os chargistas e artistas plásticos Deodato Borges⁵, Flávio Tavares⁶, Richardi Muniz e Luzardo Alves⁷. Suas representações promoviam críticas contextuais ou mais amplas sobre a política paraibana. Cada um deles com suas referências e traços singulares, traziam um olhar particular sobre a política local e a ditadura militar. Porém, é preciso ressaltar que nosso objetivo não é analisar tecnicamente suas obras, mas compreender como esses indivíduos e os jornais para os quais prestavam seus serviços retratavam a Arena e a política local de maneira humorística, leve, mas ao mesmo tempo sarcástica e questionadora.

Na historiografia, as pesquisas sobre a Arena e o bipartidarismo tem aumentado nos últimos anos, em especial devido novas pesquisas que olham para os partidos através de um recorte regional. Contudo, as charges pouco ou nada aparecem

⁵ Borges foi o desenhista responsável pela criação do primeiro super-herói em quadrinhos do Nordeste, o Flama, publicado na década de 1960, sendo, a partir de 1973, editor de cultura do *O Norte*.

⁶ Tavares é um artista plástico paraibano, dedicado atualmente à pintura e à escultura, que publicou suas charges nos jornais paraibanos a partir de 1974.

⁷ Muniz e Alves, por sua vez, publicavam seus trabalhos desde a década de 1970 nos jornais locais, tornando-se mais conhecidos a partir da década de 1980, numa geração de cartunistas paraibanos que contava ainda com Elpídio Pessoa e Cristovam Tadeu.

na maioria desses trabalhos⁸. Geralmente guardam um espaço ilustrativo, com pouca análise sobre seu conteúdo em si. Entre esses estudos existem alguns destaques possíveis de serem feitos, um deles é o da supracitada pesquisa de Grinberg (2009), na qual traz um capítulo específico sobre a representação do partido nas charges. Para a autora, tais representações apareciam em momentos pontuais de crise político-partidária: na implantação do bipartidarismo, nas eleições de 1974 e 1978, no pacote de abril de 1977 e na extinção do bipartidarismo.

Nas imagens analisadas pela autora, a metáfora foi um dos principais recursos de linguagem utilizado pelos artistas, pela qual o partido era comumente representado como uma personagem feminina, por vezes uma senhora, uma menina, uma mulher feia, uma prostituta ou até uma boneca inflável. A escolha de uma personagem feminina, segundo a autora, indica uma submissão do partido em relação ao governo, como na pecha de “partido do sim, senhor”, e que, no imaginário popular, a mulher é o sexo frágil e submissa ao homem. Em contrapartida, o MDB era representado como uma figura masculina, com a qual a Arena interagia nas histórias (Grinberg, 2009, p. 259).

Nesse processo de personificação da Arena enquanto mulher, o partido apresentava-se sempre em dificuldades, representação para as situações vividas pela legenda ao longo de sua história. A posição de subordinação ao governo foi retratada de diversas maneiras: divergências entre o partido e o regime, dificuldades de atuar no Legislativo e o recorrente perigo de cassações. Grinberg aponta ainda que a Arena parece destituída de vontade própria, sendo representado por meio de outros personagens, como boneco de corda, fantoche, figuras que sugerem sua manipulação pelo governo (Grinberg, 2009, p. 266).

Nas representações sobre a Arena, o governo, sobretudo a figura dos militares, são comumente retratados como independentes às legendas, mas que geralmente atuavam em benefício de seu partido. Apesar de inseridos diretamente na política nacional, os militares não se encontravam no mesmo nível que os políticos na ótica das charges analisadas por Grinberg. Enquanto personagem, o governo não teve uma

⁸ Entre os principais trabalhos sobre a Arena na escala estadual de análise destaque para o de Ueber Oliveira (2018), sobre o bipartidarismo no Espírito Santo; Alessando Batistela (2019), sobre o bipartidarismo em Curitiba; Ricardo Duwe (2016), sobre a gestão do governador *arenista* Colombo Sales Machado, em Santa Catarina; a pesquisa de Claudia Cristina da Silva Fontineles (2009), sobre a gestão de Alberto Silva na Arena piauiense; de José Alves Dias (2016), sobre Antônio Carlos Magalhães e a Arena na Bahia; na Paraíba, a pesquisa de Monique Cittadino (2006) sobre o governo João Agripino, foi uma das pioneiras na análise do partido no estado; seguida da pesquisa de Valber Nunes Mendes (2019), sobre o governo do também *arenista* paraibano, Ernani Sátiro.

representação comum, havendo diversas formas de retratá-lo, demonstrando que havia uma dificuldade em representar algo da complexidade do regime militar. Para a autora:

[...] a Arena podia ser personificada e ridicularizada, mas o “governo”, formado principalmente por militares, era como que poupado nas ilustrações publicadas na grande imprensa – algo diferente do tipo de charges publicadas nos periódicos da imprensa alternativa, nas coletâneas e antologias de circulação mais restrita, nas quais se encontravam várias caricaturas de militares, censores e carrascos (Grinberg, 2009, p. 264).

Na ótica de Grinberg, as representações dos chargistas sobre a Arena acabam apontando muitas das características do sistema político imposto pela ditadura, o qual era constantemente visto de maneira artificial, tal qual a memória social compartilhada sobre a legenda.

Por sua vez, Motta (2022), em texto sobre as representações do sistema bipartidário nas charges, aponta que havia diferenças marcantes na representação do MDB e da Arena. Para o autor, o MDB tendeu a ser representado como uma agremiação mais legítima e representativa politicamente, enquanto a Arena era mais submissa. Motta analisa o bipartidarismo em fases, que vão da formação, período após o Ato Institucional nº 5 (AI-5) e no contexto pós 1974, as quais influenciam bastante na imprensa. Muitos dos aspectos apontados por Grinberg são reafirmados por Motta, como a imagem da Arena como uma mulher. O autor ressalta que nos primeiros anos havia um questionamento feito pelos chargistas acerca da legitimidade dos novos partidos no ato de sua fundação, sendo a Arena constantemente representada ora como frágil, ora como uma agremiação forte devido ao apoio do governo (Motta, 2022, p. 10).

No período pós-AI-5, os partidos eram constantemente retratados como personagens magros e esfarrapados, aludindo às cassações de parlamentares ocorridas em 1969. A Arena, em especial, foi representada como um paciente operado por um médico – o general Costa e Silva –, devido à necessidade de mudanças que o regime almejava para seu partido (Motta, 2022, p. 17). No contexto da eleição de 1974, em que a oposição obteve significativo resultado naquele pleito, o MDB passou a ser representado de maneira forte ou em vantagem sobre a Arena. O partido governista era representado neste contexto sempre em constante manipulação do governo para que conseguisse disputar com o MDB (Motta, 2022, p. 26).

Tais trabalhos trazem o olhar sobre a Arena e o bipartidarismo compreendendo-os apenas em seu âmbito nacional. O que é compreensível, haja vista

a dificuldade de verticalizar em diversos contextos estaduais específicos. Nesse sentido, as pesquisas voltadas para os níveis locais podem contribuir para um olhar pormenorizado do sistema político, inclusive por meio das charges e outras representações humorísticas. Essas apontam para elementos conjunturais da política estadual, como a forma como a ditadura se relacionava politicamente nesses estados. Alguns elementos apontados pelos autores se repetem nas imagens analisadas sobre a Paraíba, contudo, elas ganham elementos mais específicos da conjuntura regional, elucidando aspectos que são difíceis de se analisar sob um olhar nacional do partido.

Em nossa pesquisa sobre a Arena na Paraíba, os momentos mais significativos para a produção de caricaturas sobre o partido foram as eleições de 1974, 1976 e 1978. O foco dos cartunistas nesses eventos pode ser um indício de sua interpretação sobre os partidos, seja porque sua atuação tornava-se mais evidente no período eleitoral, ou porque era nessa época que sua atuação implicava mais diretamente na vida da população. Nesse sentido, alguns pontos serão abordados: o vínculo da Arena paraibana com o governo federal; o processo de escolha e indicação dos políticos para o cargo de governador do Estado; a relação interna entre os *arenistas* e da Arena com o MDB; e a forma como o partido se relacionava com o povo.

Por fim, preciso ainda nesta introdução apontar que se compreende as imagens aqui apresentadas como representações, o que, na lógica elaborada por Francisco Falcon (2000, p. 45), são entendidas como tornar presente aquilo que está ausente, o que inclui desde fotos, cartazes, encenações, até mesmo as charges. Tais representações imagéticas têm sido recorrentemente analisadas pela historiografia em pesquisas que olham para as caricaturas como forma de compreender um período, um evento ou mesmo um personagem histórico.

Isso é resultado de uma difusão das imagens como fonte de análise histórica, haja vista que, segundo Knauss (2003, p. 99), “a imagem é capaz de atingir todas as camadas sociais ao ultrapassar as diversas fronteiras sociais pelo alcance do sentido humano da visão”. Ao olhar para as representações imagéticas, o historiador consegue abordar como um grupo mais amplo de pessoas interpretavam o mundo ao seu redor em uma determinada conjuntura social.

Para Burke (2004, p. 10), o historiador não deve tratar as imagens como meras ilustrações, é preciso entendê-las na sua conjuntura histórica e através delas suscitar diferentes questões no intuito de obter novas respostas sobre um objeto de pesquisa. O autor aponta ainda que é preciso compreender o impacto dessas imagens, no nosso

caso as charges, na imaginação histórica, pois: “O uso de imagens, em diferentes períodos, como objetos de devoção ou meios de persuasão, de transmitir informações ou de oferecer prazer, permiti-lhes testemunhar antigas formas de religião, de conhecimento, crença, deleite etc” (Burke, 2004, p. 12).

Assim, em cada um dos tópicos que seguem neste artigo, as representações apresentadas nas charges buscam transmitir uma mensagem acerca de temas caros para a política da época. Nelas são retratadas pessoas em situações que fazem alusão aos aspectos políticos analisados, às vezes representando os indivíduos de fato, às vezes trazendo imagens genéricas de políticos, gerais ou figuras populares. São recorrentes as representações dos próprios políticos locais, o que torna necessário um conhecimento prévio de alguns desses personagens sobre os quais, para facilitar o entendimento do leitor, as situações nas quais eles aparecem serão devidamente contextualizadas ao longo do texto.

A Arena e o governo federal: submissão e problema

A Arena é um dos elementos que compunham o sistema político forjado pela ditadura militar, junto ao bipartidarismo, as cassações de opositores políticos, o fechamento das instituições legislativas em momentos de crise e a eleição indireta do presidente e dos governadores estaduais. Esses elementos constituíam um sistema político híbrido, que mesclava as arbitrariedades do autoritarismo com elementos de uma democracia liberal, o qual buscava dar legitimidade política à ditadura.

Um sistema político complexo, mas que aos olhos do senso comum, sobretudo daqueles que viviam subjugados pelas arbitrariedades do regime autoritário, era visto de maneira simplista, demarcando a dominação e força que atingia suas liberdades. As charges que abordavam a Arena na Paraíba comumente enxergavam a relação do partido com a ditadura interpretando a classe política local como submissa ao governo federal. Ao mesmo tempo que, diante das situações políticas que marcavam essa relação, via o partido como um problema para os militares que comandavam o regime. Tais perspectivas tiravam a credibilidade daqueles que controlavam o poder estadual, entendidos como meros sobrepostos de um comando superior.

Nesse sentido, a eleição indireta para o governo estadual, além de ser um dos principais elementos da relação entre o governo federal e o poder local, acabou se tornando o principal aspecto que caracterizava a Arena como submissa e problemática para o comando do regime. As indicações geralmente não ocorriam pela imposição

intransigente de algum nome pelos militares, mas o mais comum era o diálogo com as principais lideranças estaduais. O governo federal consultava o núcleo político da Arena, que indicava uma lista com dois ou três nomes, da qual o poder central escolheria o novo governador. Nos meandros da arbitrariedade de uma indicação indireta, havia um diálogo entre as escalas de poder, uma negociação política que legitimava as escolhas.

Ainda assim, o que permeava o imaginário social era uma submissão da esfera estadual e, em determinados casos, essa escala de poder era interpretada como um problema, que dificultava o funcionamento do sistema político imposto pelo regime. Essa submissão fora retratada pelos chargistas de diversas formas, sendo a primeira delas a ideia de expectativa, na qual a classe política esperava aquilo que seria demandado das instâncias superiores.

É possível evidenciar isso nas representações de Deodato Borges que abordavam a chamada “missão Portela”, uma peregrinação do presidente nacional da Arena, senador Petrônio Portela (Arena-PI), em 1974, para consultar as bases *arenistas* locais sobre a eleição daquele ano. A expectativa pela visita do presidente da Arena era representada pelos chargistas com os cotados para o cargo de governador – Ivan Bichara, Juarez Farias e Dorgival Terceiro Neto – cantando o samba enredo da escola campeã do Carnaval carioca daquele ano: “lá vem Portela” (Figura 1). Ou ainda pelo suspense gerado pela demora de o regime anunciar o nome do escolhido, como quando Borges retrata uma conversa entre Portela e o diretor de cinema Alfred Hitchcock, na qual o senador tomava notas com o “mestre do suspense” sobre como poderia ser prolongada a expectativa criada pelo anúncio do novo governador (Figura 2).

Figura 1



Fonte: Deodato. O Norte, 10 mar. 1974, p. 4.

Figura 2



Fonte: Deodato. O Norte, 15 maio 1974, p. 4.

A ideia da expectativa tornava a aparecer para Borges, quando esse representava o processo sucessório como uma novela, que deixa um “gancho” para os próximos capítulos (Deodato. O Norte, 26 maio 1974, p. 4). A questão da sucessão nas mãos de Portela em 1974 indicava que essa figura, representante do poder federal junto aos políticos nos estados, comandava e submetia o poder local ao suspense de suas deliberações.

A ideia de submissão apareceu de outras formas em 1978, quando, em diversas ocasiões, Flávio Tavares representou os governadores sendo conduzidos pelo presidente Figueiredo, montado em seu cavalo, sejam eles laçados (Figura 3), ou como ovelhas (Tavares. O Norte, 18 de abr. 1978, p. 4). A ideia de um Figueiredo imponente em seu cavalo para expor uma inferioridade da classe política local aparecia ainda em outra charge de Tavares, na qual o general montado em seu cavalo observava de cima os governadores passeando em cavalinhos num carrossel (Tavares. O Norte, 4 abr. 1978, p. 4).

Figura 3



Fonte: Tavares. O Norte, 13 abr. 1978, p. 4.

Outra ideia de submissão apresentada por Tavares em 1978 foi a representação da analogia do “dia da criação”, em que Deus fez o homem à sua imagem e semelhança. Nela, o general como Deus entrega seus óculos escuros a Adão, personificação dos governadores, fazendo deles governadores à imagem e semelhança do presidente (Figura 4). Nesse sentido, pensava-se os governadores como meros avatares do governo federal nos estados, sem autonomia para exercer seus cargos.

Figura 4



Fonte: Tavares. O Norte, 26 abr. 1978, p. 4.

Por outro lado, a Arena paraibana era vista pelos chargistas como um problema com o qual o regime precisava lidar. Em diversas ocasiões, o ato de consultar os grupos políticos locais promovia um conflito entre grupos antagônicos dentro do mesmo partido, os quais brigariam junto ao governo federal pela predominância de seus interesses, no caso as indicações para os cargos eletivos. O regime então precisaria solucionar os problemas internos que a Arena vivenciava no seu âmbito local.

Na Paraíba, o ano de 1978 foi crucial nesse sentido, pois representou uma acirrada disputa entre o bloco liderado pelo então governador, Ivan Bichara, contra outro bloco articulado pelos ex-governadores João Agripino e Ernani Sátiro, denominados “dissidentes”, levando a um imbróglio que perdurou por meses. Nesse período, o chargista Flávio Tavares abordou a Arena como um problema para o governo federal, representando o partido e a escolha do novo governador como um grande abacaxi, que precisava ser “descascado” por Figueiredo (Figura 5), ou um “saco de gato”, termo usado para designar um local com muitas brigas e confusões (Tavares. O Norte, 26 de set. 1978, p. 4).

Figura 5



Fonte: Tavares. O Norte, 06 abr. 1978, p. 4.

Assim, é importante destacar que o sistema político montado pela ditadura para melhor controlar a classe política e suas instituições, no que diz respeito ao poder estadual e ao processo de escolha dos governadores, ficou marcado pela ideia de submissão e problema. Essa ideia foi utilizada pelos chargistas como forma de crítica aos políticos locais, ridicularizando-os como inferiores em relação a um poder maior,

que era o governo federal. Ao mesmo tempo, vendo a eleição indireta nos governos estaduais como um problema, expunham uma ótica de que esse sistema político seria algo que mais atrapalhava que ajudava os militares, algo que ficava evidente ao final da década de 1970.

A Arena e ela mesma: competição e sabotagem

Se a Arena foi vista como um problema para o comando da ditadura, isso ocorria, como mencionado, em virtude dos conflitos decorrentes das divisões internas do partido. Esse racha dentro do partido não apareceu ao final da década de 1970, mas esteve presente ao longo de toda sua existência. Quando fundada, a Arena tinha como um de seus objetivos agregar todos os políticos distribuídos nas antigas legendas do sistema pluripartidário em um único partido. Essa era uma forma de o regime controlar melhor a classe política que daria legitimidade à ditadura. Contudo, apesar de terem um interesse comum, que foi o apoio ao golpe de 1964 e as perseguições aos grupos progressistas, esses grupos divergiam em virtude de históricas rivalidades políticas eleitorais ou por orientações político-ideológicas.

Na Paraíba, as divisões *arenistas* se tornavam mais evidentes em anos eleitorais, tanto para os cargos diretos como indiretos, em virtude das pretensões para ocupar os postos de candidatos do partido. Esses conflitos entre as frações *arenistas* ganhavam destaque nos jornais enquanto decorria o processo de escolha. Ao acompanhar o noticiário, percebia-se um clima de competição entre os grupos de *arenistas*, o qual era comumente representado pelos chargistas.

Nos processos sucessórios de 1974 e 1978, chargistas como Flávio Tavares, Deodato Borges, Richard Muniz e Luzardo Alves representavam as disputas entre Agripino e Sátyro, em 1974, e dos governistas e dissidentes, em 1978, através de competições esportivas, como corridas de atletismos (Muniz; Deodato. O Norte, 8 maio 1974), futebol de botão e partidas de vôlei (Figuras 6 e 7), como uma luta entre gladiadores, tiroteios entre grupos cangaceiros, além de brigas nos saloons dos filmes de faroeste, na qual o “Saloon Arena” transformava-se em “Arenga”, sinônimo de briga (Figuras 8, 9 e 10).

Figura 6



Fonte: Tavares. O Norte, 25 fev. 1978, p. 8.

Figura 7



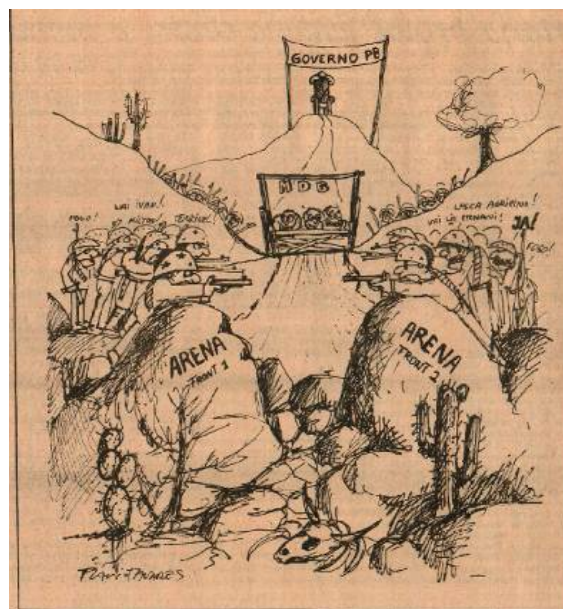
Fonte: Tavares. O Norte, 23 jan. 1978, p. 1.

Figura 8



Fonte: Muniz. Correio da Paraíba, 19 maio 1978, p. 4.

Figura 9



Fonte: Tavares. O Norte, 20 jan. 1978, p. 4.

Figura 10



Fonte: Luzardo. O Norte, 26 out. 1978, p. 4.

Dessas disputas, um dos grupos saía desprestigiado pelo regime, vendo uma outra ala dentro da Arena ganhar poder político com as indicações para os pleitos eleitorais. Contudo, por mais que se pregasse o discurso de união do partido, para a disputa eleitoral, visando a que todos os seus membros notórios participassem ativamente da campanha em torno dos candidatos da legenda, isso não acontecia na prática, ficando a corrida eleitoral marcada pela sabotagem de *arenistas* contra seu partido.

Esse movimento de sabotagem dos políticos da Arena contra o próprio partido, foi representado pelos chargistas pelo boicote ou pela traição. A sabotagem pelo boicote foi representada de forma literal, como quando Agripino se negou a subir no palanque dos governistas na campanha senatorial de 1974, após ter seu candidato ao governo do Estado preterido pelo regime (Figura 11). Ou de forma metafórica, quando Flávio Tavares representou Sátyro derrubando a urna de Ivan Bichara na corrida eleitoral para senador em 1978 (Figura 12).

Figura 11



Fonte: Deodato. O Norte, 20 de set. 1974, p. 4.

Figura 12



Fonte: Tavares. O Norte, 28 set. 1978, p. 4.

Havia, ainda, uma forma de sabotagem dos *arenistas* contra seu próprio partido quando esses faziam campanha ou se aliavam aos candidatos *emedebistas* em eventuais disputas eleitorais, uma forma de traição partidário praticada pelos grupos políticos dentro da Arena. Nesse caso, analisaremos as imagens no tópico seguinte, quando abordaremos a relação de governistas e oposicionistas no estado.

Um dos pontos mais caros para a política partidária da ditadura no plano estadual era a manutenção da coesão partidária. E essa união era garantidora do melhor funcionamento do regime. Contudo, a competição e a sabotagem que se instalavam dentro do partido eram não só uma herança das disputas do sistema partidário anterior, como também um dos principais meios da prática do clientelismo e do privilégio de interesses particulares, que permeavam a Arena se sobrepondo aos interesses maiores do partido e do regime. Zombar dessas situações que evidenciavam a competição e a sabotagem era uma forma de trazer à tona a incoerência do discurso moralizador da ditadura contra a política partidária pregressa ao golpe de 1964 e de mostrar a real forma de agir dos políticos.

A Arena e o MDB: disputa e negociação

Nas charges publicadas pela imprensa paraibana pouco aparecia o partido de oposição, seja porque o MDB não tinha uma relação direta com os problemas do governo ou ainda pelo fato de julgarem os oposicionistas com atuação eleitoral pouco relevantes, o que não condiz com os fatos⁹. Nessas representações, o partido aparecia por vezes em disputa com a Arena ou negociando, se aliando, com os governistas quando esses traíam seu partido.

Nas disputas, a real dimensão da oposição variava de acordo com o momento. Em janeiro de 1976, ano de eleições municipais, Deodato Borges representou o MDB como um pequeno lutador, de feições infantis, que enfrentava a Arena, um imponente e musculoso adversário, tal como no mito bíblico de David e Golias (Figura 13). O mesmo chargista, em setembro, representou o MDB como um garoto que crescera repentinamente, surpreendendo a “senhora” Arena (Figura 14). Essas imagens do tamanho da Arena e MDB na disputa eleitoral se dava, por certo, pela dificuldade de mensurar o tamanho da oposição nesse período pós-1974, a qual tinha poder nas

⁹ Em especial nas eleições senatoriais, a oposição ganhou três das cinco cadeiras disputadas pelo voto direto entre 1966 e 1978.

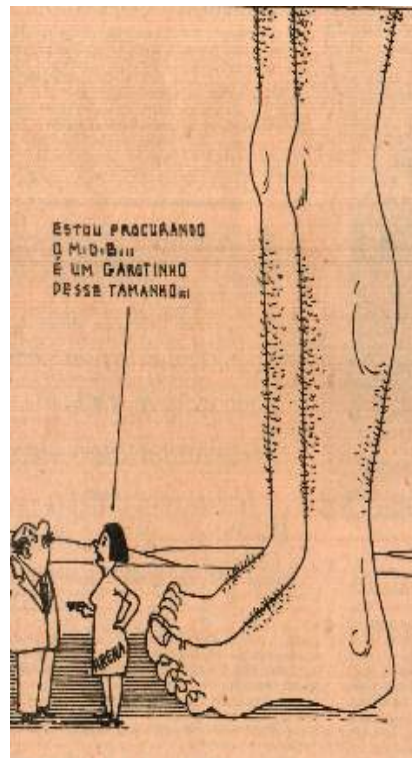
eleições estaduais para o Senado, mas era pouco combativa nas eleições municipais, onde as frações *arenistas* tinham larga vantagem.

Figura 13



Fonte: Deodato. O Norte, 18 jan. 1976, p. 4.

Figura 14



Fonte: Deodato. O Norte, 30 set. 1976, p. 4.

É preciso ressaltar ainda que, em algumas representações, aparecia apenas como um espectador dos conflitos *arenistas*, como aponta as imagens 8 e 9, na qual esperavam o desgaste da Arena para entrar em ação. Essas representações indicam a forma como a oposição era vista na política paraibana, como um coadjuvante ou uma surpresa nos pleitos eleitorais. O que ignora a real dimensão da oposição paraibana, combativa ao governo estadual e aos *arenistas* nas eleições.

Em outros momentos, o MDB era visto pelos chargistas em negociação com a Arena, o que influenciava na sabotagem ao partido. Essa relação entre Arena e MDB foi representada por Deodato Borges como uma “traição” da Arena a seus membros, no caso de 1974, do candidato a senador Aluísio Afonso Campos que, na charge, flagrava seu partido aos beijos com a oposição (Figura 15). Isso representava o desvio de votos de lideranças da Arena para Ruy Carneiro, candidato do MDB, uma das explicações para a derrota de Campos na eleição senatorial de 1974.

Figura 15



Fonte: Deodato. O Norte, 20 nov. 1974, p. 4.

Essa relação entre os dois partidos aparece ainda na brincadeira com as siglas, como no desenho de Deodato Borges, que retratava a situação de um cidadão alertando Ivan Bichara parar tomar cuidado com o “Arenbê” (Deodato). Correio da Paraíba, 25 de ago. 1978, p. 4). Ou ainda quando Flávio Tavares, ao final de 1978, busca retratar a relação fraternal entre os dois partidos por meio de um “abraço” e felicitações de “feliz natal” no qual esses excluía o “povo” (Figura 16). Essas formas de relação indicam que haveria uma ideia de negociação entre as legendas, na qual uma buscava apoio na outra.

Figura 16



Fonte: Tavares. O Norte, 17 dez. 1978, p. 4.

A visão de uma negociação tinha fundamento quando se elenca as diversas tentativas de aliança entre setores dos dois partidos, “pacificações políticas” que não caminharam para frente, mas que marcaram a atuação do MDB. Essa percepção influenciava na avaliação sobre o real papel da oposição na Paraíba, sobretudo sua confiabilidade como instrumento de combate ao regime, além de conotar uma similaridade na natureza dos membros dos dois partidos.

A Arena e o povo: exclusão, controle e cooptação

Por fim, temos as representações da relação da Arena com o povo, um tema comum entre as charges publicadas nos jornais da época. Uma explicação para a recorrência de publicações com essa temática talvez seja pelo fato de tal abordagem atingir diretamente o principal afetado com o sistema político forjado pela ditadura: o povo. Este, além de ser limitado de participar da vida política-eleitoral durante a ditadura, viu nesse sistema a manutenção de práticas de controle e segregação política. Assim, três elementos que norteiam as charges que abordam a relação da Arena e o povo é o da exclusão, o controle político e a cooptação.

Na ditadura o povo foi vetado do processo de escolha dos cargos majoritários estaduais e federais desde 1966, a partir da decretação do Ato Institucional nº 3 (AI-3), e o longo tempo sem exercer o voto direto para tais cargos levou Flávio Tavares, em 1978, a representar a urna eleitoral como uma peça de museu, apresenta como algo da “antiguidade” (Figura 17).

Figura 17



Fonte: Tavares. O Norte, 12 fev. 1974, p. 4.

Tavares representava ainda o papel que a classe política detinha nesse processo de escolha, colocando a Assembleia Legislativa como um cassino, no qual haveria um “jogo da sucessão”, em que se decidiria os destinos políticos sem a participação do povo, retratado como marginalizado de todo o processo (Figura 18). Ou mesmo quando Deodato Borges fez alusão à notória convenção da Arena em 1978, quando o povo ocupou as galerias da Assembleia Legislativa em apoio aos candidatos à indicação indireta, mas não exerceu seu direito de voto (Deodato. Correio da Paraíba, 6 de jun. 1978, p. 4).

Figura 18



Fonte: Tavares. O Norte, 10 mar. 1978, p. 5.

Ao mesmo tempo, quando retratavam a relação entre a Arena e o povo, os cartunistas indicavam a permanência de diversas práticas políticas de controle do

eleitorado. Esse controle era representado de diversas formas, seja pelo cabresto, com o político montado em cima do eleitor guiando-o (Figura 19), remetendo a uma prática que ficou historicamente marcada no período da Primeira República. Pela autoridade exercida através do agronegócio e, nesse sentido, a Figura 20 indica a força dessa prática política entre o Grupo da Várzea¹⁰, quando apresenta um usineiro, cuja usina expelia fumaça com o nome da Arena e um cifrão, pondo a mão sobre um eleitor. Havia, ainda, a representação do eleitor controlado como um boneco de corda (Tavares. O Norte, 20 set. 1978, p. 4) –, que ao ser acionado depositava seu voto na urna.

Figura 19



Fonte: Tavares. O Norte, 14 set. 1978, p. 4.

Figura 20



Fonte: Tavares. O Norte, 28 nov. 1978, p. 4.

¹⁰ O que se chamou de “Grupo da Várzea” na Paraíba eram os usineiros que ocupavam a região da várzea do Rio Paraíba. Ali eles comandavam a economia e a política da região, sendo um dos mais longevos grupos políticos, ocupando espaços de poder desde antes do século XX.

Outras fraudes eleitorais eram representadas pelos artistas, tais como as charges de Deodato Borges sobre a compra de votos, quando na Figura 21 políticos participam de um leilão; ou quando um eleitor deposita seu voto numa urna e recebe dinheiro em outra (Deodato. Correio da Paraíba, 30 set. 1978, p. 4).

Figura 21



Fonte: Deodato. Correio da Paraíba, 22 nov. 1978, p. 4.

As fraudes e o controle eleitoral eram práticas que permaneceram no cotidiano político da Arena e dos partidos em geral. Sua representação pelos cartunistas era uma forma de criticar não só os políticos, mas a própria ditadura. O regime não apenas promoveu uma renovação política que não se concretizou, como utilizou-se dessas práticas de controle eleitoral para eleger os representantes de seu partido. Ou seja, quando os *arenistas* paraibanos eram satirizados em suas práticas políticas clientelísticas, estas só eram possíveis graças ao governo militar, que permitia essa conduta em benefício do funcionamento do regime.

Por outro lado, eram numerosas as caricaturas que abordavam outro ponto da política partidária: a busca dos políticos pelos eleitores. A ideia que os cartunistas buscavam representar era que a tentativa de cooptação desses indivíduos foi uma constante entre a classe. Concomitantemente, acreditamos que essa busca pela conquista de eleitores era também uma herança, mas do período democrático de 1945 a 1964, quando a longevidade – quase vinte anos – de eleições livres, relativo aumento das liberdades democráticas e atuação constante de partidos políticos com estruturas nacionais (período mais longo até então) levaram a necessidade de eles conquistarem seus eleitores.

As representações dessa procura do eleitor, feitas por Deodato Borges e Flávio Tavares, mencionavam estratégias retóricas, quando os candidatos promoviam discursos com promessas inalcançáveis, como o “progresso sem precedentes” prometido aos eleitores na Figura 22, ou quando o candidato discorre sobre “nossa luta” em comício, mas é questionado por eleitor (Deodato. Correio da Paraíba, 21 de set. 1978, p. 4), o que demonstraria uma incoerência do discurso com as atitudes daquele político. Em outra charge, o candidato, dessa vez discriminado como *arenista*, profere um discurso considerado “papo furado” por eleitor, demonstrando certa distância entre o que pregava a Arena e as necessidades do povo (Figura 23).

Figura 22



Fonte: Deodato. O Norte, 14 set. 1974, p. 4;

Figura 23



Fonte: Tavares. O Norte, 27 mar. 1978, p. 4.

O “progresso sem precedente” indicado pelo candidato aos seus eleitores pode ser uma referência à ideia de modernização promovida pelo regime, cujas obras promovidas em diversos pontos do estado eram um meio de promoção política dos *arenistas*. As referências críticas às dissidências também denotam uma consciência da incoerência daquele movimento no estado, construindo uma representação de sagacidade do povo para com os discursos de políticos, mesmo aqueles mais populares.

Assim, os anos de ditadura representam uma permanência das práticas mais arcaicas da política brasileira, como também guardam algumas das conquistas do período democrático, mesmo diante de uma limitação da participação da sociedade imposta pelo Estado autoritário. Isso não significa negar ou escamotear o controle exercido, mas reconhecer a perspectiva crítica da sociedade para com a classe política, especialmente o partido governista.

Considerações finais

As linguagens apresentadas pelos chargistas sobre a Arena na Paraíba guardavam suas particularidades em relação àquela apresentada no plano nacional, seja pela forma como o partido era retratado, seja pelo discurso adotado. Apesar das diversas referências utilizadas pelos autores das charges para promover suas críticas, demonstrarem uma tentativa de diálogo mais amplo com o povo, o que se destaca nas caricaturas aqui abordada são as referências ao Nordeste e às lideranças locais.

Fazer menções a elementos de seu cotidiano era uma maneira eficiente, pois alguns dos temas diziam respeito à política local. Além dos casos particulares à Paraíba, os problemas das escolhas dos governadores, as disputas entre os grupos dentro do partido e o controle e cooptação do eleitorado por meio de práticas arcaicas são questões que dizem respeito, não exclusivamente, mas mais especificamente à dinâmica política estadual.

Todavia, o fato de não haver críticas à ditadura e aos militares de uma forma mais constante e direta não significa que essas não ocorressem, ao menos de maneira explícita. A distância entre estados como a Paraíba e o poder federal era contornado através da crítica ao seu partido e aos políticos locais. Criticá-los, mesmo que por meio do humor, era uma forma válida de desgastar a ditadura junto ao povo. Sendo assim, as caricaturas e seus autores exerceram papel importante na difusão de um discurso crítico ao autoritarismo, bem como produziram uma fonte histórica de importante valor sobre a comunicação popular nos anos de autoritarismo na Paraíba.

O discurso simplista das caricaturas por vezes fazia ressonância em leituras superficiais de alguns eventos e fenômenos políticos, porém essa simplicidade era a forma de fazer a piada torna-se eficiente. Além disso, o trabalho dos chargistas lançava luz sobre práticas políticas por vezes pouco ou não abordadas pelas fontes mais tradicionais. Escancarar questões como a corrupção eleitoral da Arena ou a demagogia e incoerência de seus membros nos leva a crer que as charges configuram uma forma de abordagem do partido na Paraíba, do Nordeste, bem como a relação da política estadual na ditadura militar.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. Bauru: Edusc, 2005.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular: uso de imagens como evidência histórica**. São Paulo: Ed. Unesp, 2004.

CITTADINO, Monique Guimarães. **Poder local e ditadura militar: o governo de João Agripino – Paraíba (1965-1971)**. Bauru: Edusc, 2006.

DIAS, José Alves. **Rumo ao Palácio: as estratégias de dominação dos espaços políticos na Bahia durante a ditadura (1966-1982)**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016.

DUWE, Ricardo. **Entre técnica e tradição: relações e culturas políticas na ARENA catarinense (1971-1975)**. Florianópolis: Dissertação (Mestrado) – UESC, 2016.

FALCON, Francisco. História e representação. *In.* CARDOSO, Ciro F; MALERBA, Jurandir (org.). **Representações: contribuições a um debate interdisciplinar.** Campinas: Papyrus. 2000, p. 9-41.

FONTINELES, Claudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica: as maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí.** Recife: Tese (Doutorado) – UFPE, 2009.

GRINBERG, Lúcia. **Partido político ou bode expiatório: um estudo sobre a Aliança Renovadora Nacional (Arena), 1965-1979.** Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer História com imagens: arte e cultura visual. *ArtCultura.* Uberlândia, v. 8, n. 12, p. 97-115, 2000.

MENDES, Valber Nunes. Um “homem da Revolução”: A atuação política de Ernani Sátiro como governador da Paraíba (1970-1975). Campina Grande: Dissertação (mestrado) – UFCG, 2019.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá Motta. MDB e ARENA nas charges: a imagem do sistema bipartidário da ditadura em disputa. *Tempo e Argumento.* Florianópolis: v. 14, n. 37, p. 1-41, 2022.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Elites capixabas no golpe de 1964: bipartidarismo e a convergência de agendas desenvolvimentistas (1964-1982).** Serra: Editora Milfontes, 2018.